

Ata da 21ª Sessão Ordinária, do 3º Período Legislativo, da 3ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura da Câmara Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.

Aos nove dias do mês de julho do ano de 2007, reuniram-se na Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Antoninha Leuci de Oliveira, Aníbal Alves Vilela, Carlos Adelar Faganello, Ilton Provenzi, Gerson Antonio, Luis Carlos de Melo, Pascoalina Grassioto e Valdecir Rodrigues Garcia, sob a Presidência do Vereador Valdecir Rodrigues Garcia, que declarou:- “De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica de nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”. Na seqüência o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão anterior e por não haver nenhuma observação, o Presidente colocou a mesma em votação, sendo aprovada por todos. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das correspondências recebidas desde a última Sessão. Após, o Presidente deixou a Tribuna à disposição dos Vereadores, momento onde pronunciou-se o Vereador Gerson Antonio relatando mais uma vez sobre o descaso para com nossa Região e ainda mais para com o nosso Município. Desde 2005 vê a esperança, a confiança do Prefeito Municipal Manuel Messias Sales tentando convênio para manter uma Rodovia do Estado dentro de nosso Município. O Ofício destinado a Secretaria de Infra-Estrutura, de certa forma já com o aval do Governador Blairo Maggi na empolgação de visita em nosso Município, mas até hoje o que vemos são tentativas. Está aí a resposta ao nosso requerimento e a nossa indicação com relação ao trabalho que é necessário e de vital importância se quisermos trafegar pela Rodovia da Soja durante o próximo período chuvoso, contudo, a resposta que estamos recebendo até agora, apesar dos ofícios serem muito educados por parte daquela Secretaria, infelizmente a resposta que estamos tendo sempre é

negativa. Não é diferente com relação a questão ambiental e não está sendo diferente com relação ao tratamento de Rodovias do Estado, que devem ser mantidas pelo Governo do Estado em nosso Município. Vem a Tribuna para repetir sobre o descaso do Governo do Estado com a nossa Região e, por conta disso também, com o nosso Município. Por isso gostaria que, juntamente com os demais vereadores, se tentasse audiências com os Deputados, pois sabe que não seremos atendidos pelo Governador do Estado de Mato Grosso, contudo gostaria de fazer tentativas de serem atendidos pelo menos pelo Secretário de Estado de Infra-Estrutura, para assim estarem levando as cobranças de Feliz Natal, uma vez que tem visto que a cobrança apenas do Prefeito não tem tido o valor, a importância que é necessária para o nosso Município. Expõe que é preciso ir à Cuiabá fazer essas cobranças tanto ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, quanto ao Secretário de Estado de Infra-Estrutura para ver se conseguimos amenizar ao menos um pouco a situação de Feliz Natal. Espera que nos próximos dias consiga marcar essas audiências para estar indo à Capital, pois, da maneira como estão sendo conduzidos os recursos de nosso Estado com relação ao nosso Município, é realmente de se indignar. Na seqüência se pronunciou o vereador Carlos Faganello fazendo-se solidário as palavras do vereador Gerson e afirmando que somos provas ímpares disso. Narra que várias vezes acompanhou o Prefeito e o Vice-Prefeito nessa busca onde visitaram a SINFRA, que acredita ser o Órgão mais difícil do Estado, uma vez que não conseguem resposta alguma. Sobre a Rodovia da Soja, coloca que ela foi aberta por iniciativa privada e todas as estradas que o Município mantém, estão em boas condições de tráfego, inclusive no período da chuva não deram problema, a única Rodovia que deu dor de cabeça foi a Rodovia da Soja, e isso em virtude do descaso do Governo do Estado. Afirma que esta Rodovia quando foi aberta teve o cuidado para não agredir o meio ambiente, uma vez que não passa por nenhuma nascente de água e por nenhum córrego, mas infelizmente em visita a SINFRA percebeu o descaso com que são tratados os Prefeitos quando vão visitar esta Secretaria,

que chega a ser humilhante. Chega a comparar o atendimento dos Prefeitos na SINFRA com a fila do INPS. Coloca que os Prefeitos de nosso Estado peregrinam o dia inteiro nos Órgãos Estaduais, todavia, na maioria das vezes não são atendidos, isso é vergonhoso, porém é a realidade. Nosso Município tem contemplado quinze mil litros de óleo diesel inclusive em orçamento, contudo não conseguimos receber de fato esse óleo diesel, ele não é liberado pelo Governo do Estado. Com relação a questão do meio ambiente, narra que o Governo do Estado sabia que não tinha condições de pegar uma pasta tão complexa e tão difícil de lidar e agora vemos o resultado. Os empresários estão acuados, inclusive foragidos, pois o que deveria justamente dar segurança, hoje gera medo e pavor no meio empresarial. Questiona de como este setor caiu na ilegalidade, senão pela SEMA e IBAMA que fabricam as dificuldades dia após dia para depois vender a facilidade. Na maioria dos casos é isso que acontece, desabafa. Relata que o empresário elabora o projeto, faz o trabalho de campo, mas o pessoal da SEMA, que teria a tarefa de ler apenas o projeto, analisá-lo e aprová-lo, não o aprova. Questiona de por que não aprovar o projeto, eles não aprovam o projeto de forma legal parece que esperando para que se caia na ilegalidade. Diz que o Governo do Estado questionava que o IBAMA não fazia isso e aquilo, mas agora está fazendo à mesma coisa. A situação está ficando insuportável, as notícias para o nosso Município são muito tristes, existem empresas idôneas que estão pensando em se retirar do Município, pois não vêem mais solução para seus problemas. E os governantes de nosso Estado, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente não faz nada. Inclusive os Deputados Estaduais, que são os representantes legais do povo, tentaram instalar uma CPI, todavia o Governo do Estado interveio e não permitiu sua instalação. Finaliza sua fala deixando a seguinte pergunta para se refletir: por que não saiu a CPI na SEMA? Na seqüência se pronunciou o vereador Luis Carlos de Melo agradecendo ao Prefeito Manuel pela concretização de sua indicação com relação à horta comunitária que é um projeto de grande valia para o Município. Comenta que a Secretaria de Meio Ambiente está saturada, não se tem

nem mais o que falar a respeito. Mas não culpa apenas o Governo do Estado, pois acredita que o Governo Federal tem a maior parcela de culpa em cima disso, uma vez que a Ministra de Meio Ambiente que mais tem a mão sobre essa questão. Pensa que a solução para nosso Município seja a busca de outras alternativas. Sabe que isso não é algo fácil, também que não será conseguido em curto prazo, contudo é necessário diversificar a produção, através dos pequenos produtores, os incentivando, formando cooperativas para trazer recursos para o nosso Município, por exemplo, na área de álcool para tentar solucionar nosso problema que está ficando a cada dia que passa mais complicado. Aproveita a Tribuna livre para pedir ao Líder do Prefeito na Câmara, vereador Carlos Faganello, que leve sua cobrança ao Prefeito, da necessidade de patrolamento da MT-225 até o Rio Tartaruga que já não tem mais condições de tráfego, devido às costelas de vaca. Retornando à Tribuna o vereador Carlos Faganello colocando que a questão do patrolamento da MT-225 é algo delicado no momento, uma vez que para ser realizado agora seria necessário primeiro molhar bem esse trecho antes de fazer o patrolamento, pois, se for começado a mexer com cascalho neste tempo seco que estamos passando estaremos jogando o cascalho fora da estrada e o problema viria a tona na época das chuvas. Tem certeza que a MT-225, no trecho do Rio Tartaruga até a cidade de Feliz Natal assim que der uma chuva a Prefeitura entra com as máquinas e, em questão de dois dias estará patrolado. Com relação a diversificação em nosso Município, comenta que é difícil falar em diversificação, principalmente na parte agrícola em um Município que tem quarenta e quatro por cento de reserva indígena, sendo que sobra cinquenta e seis por cento, dos quais apenas vinte por cento podem ser desmatados. Além disso, tem a questão de que, dependendo o lugar que for fazer essa contemplação não haverá acesso, pois o Governo do Estado simplesmente não nos dá condições de conserto de uma estrada que é Estadual. A própria MT-225, citada pelo vereador, é uma Rodovia Estadual. E assegura que se dependesse do Governo do Estado a manutenção desta Rodovia nunca teríamos visto uma patrula trabalhando neste trecho, pois

sempre os custos foram arcados pelo Executivo Municipal. Todos tem noção da necessidade de diversificação, a questão das mini-usinas de álcool também precisam ter uma produção mínima para poder se tornar realidade. Sabe que uma solução seriam as pequenas propriedades rurais, contudo a Lei Federal é bem clara que assentamentos em áreas da Bacia Amazônica, em que tem matas e florestas não são mais autorizados e, devido a todos esses fatores estamos como que a deriva, pois, é preciso que a legislação se torne um pouco mais branda para que o Município possa iniciar algum projeto que viabilize as pequenas propriedades. Lembra que as pequenas propriedades precisam de grandes centros urbanos para consumir seus produtos, como exemplo cita a despolpadeira de frutas onde novamente não conseguimos resposta nenhuma. Mas tem-se buscado soluções, contudo, da forma como nosso País se encontra hoje está difícil de conseguir essas soluções. O Executivo está tentando dar o máximo de assistência as pessoas que estão aqui, mas ultimamente até isso está complicado, contudo se tem tentado. Na sequência se pronunciou o vereador Ilton Provenzi comentando com relação às Rodovias Estaduais, em que o Município de Cláudia já tem uma parte de asfalto e que a proposta do Governo do Estado é que o Município precisa mandar setenta por cento do custo total da obra, este valor era de cinquenta por cento, mas o Governo do Estado aumentou para setenta por cento a parte dos produtores, restando assim apenas trinta por cento dos custos para o Governo do Estado. Questiona a situação dos produtores hoje, coloca como produtores os setores agrícolas e madeireiros. Antes foi comentando da dificuldade apenas de receber o recurso que já foi prometido para o nosso Município, e isso é um descaso para conosco, uma vez que o Governador prometeu publicamente ajudar na manutenção da Rodovia da Soja. Comenta que o Governador Blairo Maggi fez um bom governo no primeiro mandato, todos sabem disso, contudo este segundo mandato parece que virou uma politicagem. No seu ponto de vista o Governador parece que formou um grupo político que favorece a ele e deixa a desejar aos demais. Nosso Município está sentindo na

pele o descaso do Governo do Estado, assim como os demais Municípios que tem pouco colégio eleitoral. Não adianta esconder, pois é uma realidade que os políticos de alto escalão hoje preferem os Municípios que tem um eleitorado que lhes dê sustentação no Governo do Estado, como também no Federal. Lamenta a falta de recursos, a falta de verbas. Acredita que, como o vereador Gerson colocou, é preciso que os vereadores se unam, marquem audiência e todos, incluindo prefeito e empresários do Município visitem estas Secretarias Estaduais e façam suas cobranças. Com relação à política especificamente, comenta em quem podemos acreditar hoje me dia, uma vez que tantos deles estão envolvidos com faturamento de obras e outras coisas mais, o que é lamentável. Com relação à questão do meio ambiente, expõe que no dia seguinte haverá uma movimentação na cidade, e pensa que se a Polícia Federal fizer uma visita ao nosso Município não adianta bater de frente, pois nada será resolvido. Lembra que há algum tempo atrás já tivemos um problema no Município, muito antes da Operação Curupira, da separação do IBAMA, que gerou resistência, mas depois pagou-se caro por isso. Comenta que se vier a Polícia Civil ou a Fazendária, que esteve aqui na semana passada, ou seja, se vierem Órgãos de menor escalão, então se poderia resistir, contudo se vier a Polícia Federal, prefere não resistir. Mas pensa que se for fazer um manifesto todos devem ser convidados, não apenas aquelas pessoas que estão sendo prejudicadas. Mesmo assim, no manifesto que ocorreu algum tempo atrás, haviam poucas pessoas do setor madeireiro presentes, a grande maioria era do setor público. Por isso coloca da necessidade de se começar a trabalhar diferente, é preciso que toda a sociedade se una, mas é claro que separando o “joio do trigo”. Logo após se pronunciou o vereador Luis Carlos de Melo relatando, com relação a diversificação citada anteriormente, que existem hoje no assentamento trezentos e oitenta lotes e cerca de cento e noventa estão esperando sair o PRONAF. Fala da importância de ir em busca da liberação desse PRONAF, pois acredita que são mais de dois milhões de reais para serem movimentados em nosso Município, o que dará uma boa alavancada

ao Município e também aos próprios assentados. Por isso é que disse anteriormente da necessidade de cobrar mais do INCRA, pois esta questão está ficando um pouco esquecida, uma vez que fazem mais de dois anos que esse povo do assentamento está precisando do PRONAF, contudo infelizmente não conseguem, pois fica tudo encajado em Órgãos que não estão preocupados com essas pessoas. Dando prosseguimento se pronunciou o vereador Gerson Antonio narrando com muito pesar que tem Município vizinho ao nosso, onde a população está fazendo festa com o PRONAF, onde até contrato feito a punho tem liberação. E é importante pesquisar o por que de que em determinados Municípios vizinho ao nosso sai esse tipo de PRONAF, até por contrato feito em qualquer lugar, dando credibilidade e o Banco do Brasil libera o recurso. É preciso averiguar se não é sigla partidária que está fazendo isso em nossa Região. Enquanto os PRONAFs do nosso Município estão travados dentro do INCRA, Órgão este que já deveria ter sido extinto há alguns anos, e que inclusive estão em greve e é por isso que falta um documento para ser enviado ao Banco do Brasil e os PRONAFs de nosso Município estão lá emperrados e, enquanto este Órgão não retornar ao seu trabalho não vai sair o PRONAF. Também fazendo jus a questão da economia em nosso Município narra que ela tem de ser diversificada. Embora seja muito difícil fazê-lo, uma vez que essa questão depende de muitos fatores, e entre eles infra-estrutura e recursos, ainda assim não podemos deixar isso se perder de vista. Mas infelizmente já existem algumas ONGs no Brasil que não querem que o País cresça, que se torne uma grande potência produtora de biomassa, de biocombustível. Então, de momento encontram-se travados os financiamentos para essa área, de biocombustível os financiamentos já estão travados. Expõe que agora tem mais essa questão em nosso País, que está novamente sem pulso, sem rédea, sendo comandado por algumas ONGs que querem ver apenas o País caminhar para trás, isso já está acontecendo, infelizmente. Na seqüência se pronunciou o vereador Valdecir Rodrigues Garcia comentando com relação ao movimento que está sendo cogitado de acontecer no próximo dia em

nosso Município, que se for um movimento pacífico e que venha a ajudar o nosso Município como o vereador Ilton expôs, então será bom. Contudo se for algo para promover baderna, será pior para o Município, haja visto que a imagem de nosso Município não está boa e se algumas pessoas iniciarem um movimento que possa vir até a denegrir a imagem da Polícia, isso será muito ruim. Afirma que bater de frente com a justiça, isso não podemos fazer, pois, se a própria OAB não consegue acesso aos documentos da Operação Mapinguari e da Operação Guilhotina, questiona sobre o que nosso Município pode fazer a respeito. Com relação aos PRONAFs do Município, informa que está de partida à Cuiabá, onde vai conversar com o Deputado Riva e ir ao INCRA para saber como está a situação desses PRONAFs. Logo após se pronunciou o vereador Aníbal Alves Vilela manifestando também sua indignação a respeito da maneira como o Governador Blairo Maggi vem atuando. Relata que no início do ano esteve nesta Tribuna elogiando o Governador Blairo Maggi pelo excelente trabalho realizado na Gestão passada, porém hoje, é preciso dizer que as coisas não estão acontecendo da forma como fazia uma previsão na época. Acredita que seria necessário montar uma comissão, formada por vereadores, por pessoas de influência na sociedade, juntamente com o Prefeito Municipal para cobrar providências dos Secretários de Estado de Agricultura e de Infra-Estrutura, pois em poucos dias se iniciará o período de chuva e a situação ficará ainda pior. Não se pode deixar pra depois e o Prefeito Manuel ultimamente tem passado mais tempo em Cuiabá do que em Feliz Natal, todavia pouco resultado tem obtido. Diante disso pensa que o Prefeito deveria se juntar aos vereadores, haja visto que o Prefeito sozinho tem certo efeito, porém junto com uma comitiva formada de vereadores o efeito será outro, pois juntando os Poderes Executivo e Legislativo, além dos líderes da sociedade em geral, o peso é muito maior. Lembra que todos os vereadores têm um representante junto a Assembléia Legislativa do Estado, logo, cada vereador poderia chamar seu Deputado Estadual, ou até Federal, juntamente com o Prefeito, e poderia-se ter então melhores resultados.

Acredita que é dessa forma que as coisas podem começar a mudar. Logo após se pronunciou a vereadora Antoninha Leuci de Oliveira sendo solidária a fala dos demais vereadores, pois estamos realmente passando por um momento difícil. Aproveita a oportunidade para parabenizar toda equipe e os treinadores da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, que estiveram nove dias na cidade de União do Sul, onde foram realizados os Jogos do Vale da Madeira e atenderam muito bem a todas as crianças com muita responsabilidade. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da Tribuna, o Presidente passou a ordem do dia solicitando ao 1º Secretário que informasse o Quorum presente, informando o mesmo que havia oito vereadores presentes. Dando seguimento, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 015/2007, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências. Após a leitura, solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Em seguida colocou o referido projeto em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello narrando que a comissão deu parecer favorável com relação à LDO 2008. Explica que foi realizada Audiência Pública onde foram expostas suas metas e é nesta Lei que se faz uma previsão do que será arrecadado pelo Município para o próximo ano e também do que será contemplado neste ano. Convida a população para quando da realização de uma Audiência Pública, que se faça presente, pois assim ela estará entendendo melhor o que o Executivo está fazendo com o dinheiro público, pois tudo é muito bem explicado. Finaliza solicitando o apoio dos vereadores para aprovação deste projeto que é de grande importância. Na seqüência se pronunciou o vereador Gerson Antonio relatando que o artigo terceiro deixa bem claro como vai ser trabalhado o orçamento, pois, para melhor entendimento, as diretrizes orçamentárias antecedem o orçamento, mas contemplando aquilo do que o orçamento não poderá fugir. Segue a leitura do artigo 3º: “A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes: I - As obras em

execução terão prioridade sobre novos projetos; II - As despesas com o pagamento da Dívida Pública e de Pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.” Isso é regido por lei maior, e é o que acontece em todas as Prefeituras, mas deixa claro a população que as obras iniciadas terão prioridade com relação a qualquer outra obra nova que possa surgir no Município. A dívida pública da Prefeitura Municipal, assim como a dívida e o pagamento de pessoal e encargos sociais terão prioridade sobre qualquer outra ação de expansão do Serviço Público. Relata que não pode participar da Audiência Pública que discutiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas justificou-se que todos têm conhecimento que nas quartas-feiras tem um compromisso no Assentamento ENA e, por esse motivo qualquer compromisso marcado em alguma quarta-feira, já deixa avisado que será difícil poder se fazer presente. Esta audiência aconteceu naquela data e tem uma grande preocupação, que a própria Lei de Diretrizes, quando a Lei Orçamentária não prejudique a intenção e negociação de aumento salarial do ano que vem para os servidores públicos do Município, haja visto que há uma perda a partir do mês de julho dos oito por cento de FGTS aos quais até antes da criação da Lei do Estatuto dos Servidores Públicos, era deposita na conta do FGTS do servidor, porém, de julho para frente, o servidor já tem essa perda desses oito por cento do FGTS, assim como uma falta de reposição salarial do decorrer do ano de 2006 e, lá no período do Orçamento haverá também com relação a 2007. Tem essa preocupação, inclusive essa questão já foi assunto de reuniões com a presença do Prefeito, inclusive nesta Casa de Leis, com a participação da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento, aonde não chegou-se a uma definição com relação a tais índices e o Prefeito não precisa contemplar isso nesta Lei, mas lá na Lei Orçamentária essa questão terá de aparecer. Levanta essa questão para que ela fique registrada, assim como a intenção de se preparar caminhos para isso e, se há essa intenção, há ainda a preocupação que é aonde infelizmente os Municípios da nossa Região, de acordo com o índice que ainda não é oficial, mas que foi enviado pelo Governo do Estado, a arrecadação

de ICMS vai cair para o ano que vem em nossa Região, incluindo Feliz Natal, isso sem levar em conta a produção, mas teremos perda com relação ao cálculo final do nosso índice. Por isso, com relação ao ICMS, exceto que se produza muito no ano que vem para, ao nível de recurso, compensar a diferença da perda em valores do índice, teremos uma grande diferença no ICMS em nosso Município. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Projeto de Lei Municipal nº 015/2007 foi colocado em 1º votação, sendo aprovado por unanimidade. E por não haver mais nada a constar na ordem do dia o Presidente encerrou a Sessão, e Eu lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Vereadores.